



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 4.734-A, DE 2024 **(Da Sra. Adriana Ventura)**

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre opção de cancelamento imediato em contratos de adesão com renovação automática; tendo parecer da Comissão de Defesa do Consumidor, pela aprovação deste, do de nº 593/25, apensado e da Emenda apresentada nesta Comissão, com substitutivo (relator: DEP. MÁRCIO MARINHO).

DESPACHO:
ÀS COMISSÕES DE
DEFESA DO CONSUMIDOR E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Defesa do Consumidor:

- Emenda apresentada
- Parecer do relator
- Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Da Sra. ADRIANA VENTURA)

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre opção de cancelamento imediato em contratos de adesão com renovação automática.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre opção de cancelamento imediato em contratos de adesão com renovação automática.

Art. 2º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 39- A É vedado ao fornecedor, em contratos com previsão de renovação automática, disponibilizar como única opção de cancelamento do contrato meio mais complexo ou oneroso do que aquele utilizado para contratação.

§1º O pedido de cancelamento terá efeito imediato, suspendendo-se cobranças futuras ao consumidor.”

§ 2º O fornecedor deverá entrar em contato com o consumidor com antecedência mínima de sete dias do vencimento do contrato informando da renovação automática, oferecendo a alternativa de cancelamento pelo mesmo canal (NR)

“Art. 54.

.....

§6º Em contratos de renovação automática, o fornecedor deve oferecer ao consumidor opção de cancelamento imediato do



contrato no mesmo formato e com a mesma facilidade oferecida para contratação.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os contratos com renovação automática representam uma fonte significativa de problemas para o consumidor, principalmente pela dificuldade de cancelamento e pela continuidade de cobranças não desejadas. Muitas vezes, o consumidor é surpreendido ao perceber que, mesmo sem a sua ação direta, um contrato foi renovado e o valor correspondente foi debitado de sua conta. Essa prática, embora amplamente utilizada em diversos setores, como assinaturas de serviços digitais e planos de telefonia, pode gerar frustrações, especialmente quando o processo de cancelamento é complicado ou quando o consumidor não está plenamente informado sobre os termos de renovação. A falta de clareza e a burocracia excessiva tornam o cancelamento um verdadeiro desafio, levando o consumidor a continuar pagando por serviços que não deseja mais utilizar.

Por isso, propomos a inclusão na legislação da obrigação expressa para o fornecedor de disponibilizar ao consumidor opção de cancelamento imediato do contrato com renovação automática, em todos os meios utilizados para a contratação do serviço, com a respectiva suspensão de cobrança. Essa medida garante que o consumidor possa decidir, de forma simples e direta, se deseja ou não continuar com o serviço. A disponibilização do cancelamento imediato pelos mesmos canais utilizados para a contratação do serviço democratiza o acesso ao encerramento do contrato, evitando que o consumidor fique preso a processos morosos ou inadequados, que muitas vezes são utilizados para dificultar a rescisão.

A questão da suspensão imediata das cobranças após o cancelamento também é de extrema relevância. Em muitos casos, os fornecedores continuam cobrando o consumidor mesmo após o pedido de cancelamento, alegando que o processo ainda não foi concluído ou que há



trâmites internos que precisam ser finalizados. Assim, a suspensão imediata das cobranças protege o consumidor de sofrer esse tipo de abuso, assegurando que ele não seja prejudicado financeiramente por serviços que não deseja mais usufruir.

Destacamos que essa proteção é essencial porque preserva o equilíbrio nas relações de consumo, garantindo que o fornecedor não utilize artifícios para dificultar o cancelamento e alegue a falta de ação do consumidor para continuar lucrando com renovações automáticas.

Conto com o apoio dos nobres parlamentares para aprimorar a legislação e garantir a proteção necessária aos consumidores brasileiros.

Sala das Sessões, em de dezembro de 2024.

Deputada ADRIANA VENTURA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199009-11;8078
--	---

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 4.734, DE 2024

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre opção de cancelamento imediato em contratos de adesão com renovação automática.

EMENDA SUBSTITUTIVA

Dê-se a seguinte redação ao Projeto:

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre opção de cancelamento imediato em contratos de adesão com renovação automática.

Art. 2º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 39-A É vedado ao fornecedor, em contratos com previsão de renovação automática de assinaturas de serviços digitais, planos de saúde, telefonia e internet, disponibilizar como única opção de cancelamento do contrato meio mais complexo ou oneroso do que aquele utilizado para contratação.

§1º O pedido de cancelamento terá efeito imediato, suspendendo-se cobranças futuras ao consumidor.

§ 2º Nos casos em que o pagamento das assinaturas de serviços de que trata o caput deste artigo for realizado por meio de cartão de crédito, o fornecedor deverá repassar imediatamente as informações de cancelamento às operadoras de cartão de crédito, para que estas suspendam as cobranças futuras.

.....

Art. 54. Em contratos de renovação automática de que trata o art. 39-A desta Lei, o fornecedor deve oferecer ao consumidor opção de cancelamento imediato do contrato no mesmo formato e com a mesma facilidade oferecida para contratação, observado o disposto no referido artigo.



Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição é bem vinda e merece nosso apoio.

O objetivo da presente emenda é, tão-somente, propor ajustes de ordem técnica.

A primeira visa compatibilizar o teor da proposição à sua justificação. Conforme afirma o autor, “Essa prática, embora amplamente utilizada em diversos setores, como assinaturas de **serviços digitais e planos de telefonia**, pode gerar frustrações, especialmente quando o processo de cancelamento é complicado ou quando o consumidor não está plenamente informado sobre os termos de renovação”. (nosso grifo)

Entendemos prudente também incluir os planos de saúde nesse escopo.

A segunda refere-se ao modo como muitas dessas assinaturas são realizadas, mediante pagamento via cartão de crédito.

O simples cancelamento do serviço junto ao fornecedor não implica o conhecimento pela operadora de cartão. Por esse motivo é necessário estipular que esses fornecedores informem imediatamente as empresas operadoras de cartão de crédito para que procedam com o cancelamento dos débitos.

Esperamos, com isso, contribuir para o aperfeiçoamento desse importante projeto de lei e submetemos a proposta ao exame do ilustre relator e demais pares.

Sala da Comissão, de de 2025.

Datado e assinado digitalmente

Deputado VINICIUS CARVALHO

Republicanos-SP





**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
(DO SR. MÁRCIO MARINHO)**

PROJETO DE LEI Nº 4.734, DE 2024

Apensado: PL nº 593/2025

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre opção de cancelamento imediato em contratos de adesão com renovação automática.

Autora: Deputada ADRIANA VENTURA

Relator: Deputado MÁRCIO MARINHO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.734, de 2024, de autoria da Deputada Adriana Ventura, propõe a alteração da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer a obrigação de que, nos contratos de adesão com cláusula de renovação automática, o fornecedor disponibilize ao consumidor opção de cancelamento imediato por meio tão simples quanto o da contratação.

A proposta veda que o fornecedor imponha ao consumidor, como única forma de cancelamento, procedimento mais complexo ou oneroso do que aquele utilizado para firmar o contrato. Além disso, acrescenta parágrafo ao art. 54 da referida lei, estabelecendo que o cancelamento imediato deve ser ofertado no mesmo formato da contratação.

Foi apensado ao projeto original, o Projeto de Lei nº 593, de 2025, de autoria do Deputado Bacelar, que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar a realização de cobrança automática após o período de teste ou de experimentação de produto ou serviço.





O projeto foi distribuído às Comissões de Defesa do Consumidor e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Ao fim do prazo regimental, foi apresentada uma emenda substitutiva nesta Comissão, a EMC nº 1/2025, de autoria do Deputado Vinicius Carvalho.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 32, inciso V, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete à Comissão de Defesa do Consumidor pronunciar-se sobre proposições relacionadas à economia popular, às relações de consumo e às medidas de defesa do consumidor.

O projeto de lei em análise dispõe sobre a obrigação de fornecedores colocarem à disposição do consumidor opção de cancelamento imediato em contratos de adesão com renovação automática.

A redação originalmente sugerida inclui o art. 39-A no Código de Defesa do Consumidor vedando ao fornecedor, em contratos com previsão de renovação automática, disponibilizar como única opção de cancelamento do contrato meio mais complexo ou oneroso do que aquele utilizado para contratação. Além de incluir um parágrafo no bojo do art. 54 prevendo que em contratos de renovação automática, o fornecedor deve oferecer ao consumidor opção de cancelamento imediato do contrato no mesmo formato e com a mesma facilidade oferecida para contratação.

O autor destaca em sua justificação que “os contratos com renovação automática representam uma fonte significativa de problemas para o consumidor, principalmente pela dificuldade de cancelamento e pela continuidade de cobranças não desejadas. Muitas vezes, o consumidor é





surpreendido ao perceber que, mesmo sem a sua ação direta, um contrato foi renovado e o valor correspondente foi debitado de sua conta. Essa prática, embora amplamente utilizada em diversos setores, como assinaturas de serviços digitais e planos de telefonia, pode gerar frustrações, especialmente quando o processo de cancelamento é complicado ou quando o consumidor não está plenamente informado sobre os termos de renovação. A falta de clareza e a burocracia excessiva tornam o cancelamento um verdadeiro desafio, levando o consumidor a continuar pagando por serviços que não deseja mais utilizar. ”.

Infelizmente, é notório que os órgãos de proteção ao consumidor, assim como o Judiciário, vêm sendo reiteradamente acionados para tratar de abusos cometidos no âmbito de contratos de adesão com previsão de renovação automática. Por isto, entendemos salutar a iniciativa apresentada e consideramos justas as medidas propostas.

Cumpre-nos enaltecer, também, a relevante contribuição do Deputado Vinicius Carvalho, por meio da EMC nº 1/2025, no sentido de estender esta obrigação aos operadores de planos de saúde, bem como de estipular que esses fornecedores informem imediatamente as empresas operadoras de cartão de crédito para que procedam com o cancelamento dos débitos.

Assiste razão ao nobre colega ao afirmar que devido ao modo como muitas dessas assinaturas são realizadas, mediante pagamento via cartão de crédito, o simples cancelamento do serviço junto ao fornecedor não implica o conhecimento pela operadora de cartão. E a medida proposta, qual seja a obrigação do fornecedor de comunicar a operadora do cartão de crédito, se mostra adequada para solucionar o problema

O Projeto de Lei nº 593, de 2025, apensado ao principal, por sua vez, tem por objetivo vedar a realização de cobrança automática após o período de teste ou de experimentação de produto ou serviço. Sugere-se como medidas a serem adotadas a proibição de cobrança automática de produto ou serviço após período de teste ou de experimentação independentemente da forma de contratação originalmente empregada. Além do dever imposto ao





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL MÁRCIO MARINHO – REPUBLICANOS/BA

fornecedor de notificar o consumidor, por meio hábil e com confirmação de recebimento, sobre o encerramento do período de teste ou de experimentação com antecedência mínima de cinco dias úteis do término previsto, sendo o silêncio considerado como recusa e não aceitação.

Entendemos, portanto, que a conjugação das medidas propostas nos dois projetos e na emenda apresentada permite a construção de um substitutivo que melhor atende ao interesse público e fortalece a legislação consumerista.

Pelo exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 4.734, de 2024, e da EMC nº 1/2025, bem como do apensado, Projeto de Lei nº 593, de 2025, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, de de 2025.

MÁRCIO MARINHO
Deputado Federal
Republicanos/BA





COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4734, DE 2024

Apensado: PL nº 593/2025

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre a obrigação do fornecedor de disponibilizar ao consumidor opção de cancelamento imediato em contratos com previsão de renovação automática.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre a obrigação do fornecedor de disponibilizar ao consumidor opção de cancelamento imediato em contratos com previsão de renovação automática.

Art. 2º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 39-A. O fornecedor deverá assegurar ao consumidor, nos contratos com cláusula de renovação automática, a opção de cancelamento imediato e por meio simplificado.

“§ 1º O pedido de cancelamento produzirá efeitos imediatos, com a suspensão de cobranças futuras, salvo nos casos de cancelamento antecipado de contratos com prazo determinado, hipótese em que incidirão encargos expressamente previstos no contrato”.

§ 2º Nos contratos com cláusula de renovação automática por prazo igual ou superior a 12 (doze) meses, o fornecedor deverá comunicar o consumidor, por meio adequado e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do vencimento, informando sobre a renovação contratual e disponibilizando opção de cancelamento simplificado.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL MÁRCIO MARINHO – REPUBLICANOS/BA

§ 3º Nos casos em que o pagamento das assinaturas de serviços de que trata o caput deste artigo for realizado por meio de cartão de crédito, o fornecedor deverá repassar imediatamente as informações de cancelamento às operadoras de cartão de crédito, para que estas suspendam as cobranças futuras.

“Art.

54.
.....

§6º Em contratos de renovação automática, o fornecedor deve oferecer ao consumidor opção de cancelamento **simplificado** do contrato. ” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor 180 dias após a sua publicação.

Sala da Comissão, de de 2025.

MÁRCIO MARINHO
Deputado Federal
Republicanos/BA





Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 4.734, DE 2024

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Defesa do Consumidor, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.734/2024, da Emenda 1/2025 da CDC, e do PL 593/2025, apensado, com substitutivo, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Márcio Marinho.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Daniel Almeida - Presidente, Paulão - Vice-Presidente, Aureo Ribeiro, Felipe Carreras, Jorge Braz, Paulo Pimenta, Cabo Gilberto Silva, Carlos Henrique Gaguim, Dimas Fabiano, Duarte Jr., Fábio Teruel, Gilson Marques, Gisela Simona, Márcio Marinho, Ribamar Silva, Vinicius Carvalho e Weliton Prado.

Sala da Comissão, em 17 de setembro de 2025.

Deputado DANIEL ALMEIDA
Presidente





COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CDC AO PL Nº 4734, DE 2024

Apensado: PL nº 593/2025

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre a obrigação do fornecedor de disponibilizar ao consumidor opção de cancelamento imediato em contratos com previsão de renovação automática.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre a obrigação do fornecedor de disponibilizar ao consumidor opção de cancelamento imediato em contratos com previsão de renovação automática.

Art. 2º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 39-A. O fornecedor deverá assegurar ao consumidor, nos contratos com cláusula de renovação automática, a opção de cancelamento imediato e por meio simplificado.

“§ 1º O pedido de cancelamento produzirá efeitos imediatos, com a suspensão de cobranças futuras, salvo nos casos de cancelamento antecipado de contratos com prazo determinado, hipótese em que incidirão encargos expressamente previstos no contrato”.

§ 2º Nos contratos com cláusula de renovação automática por prazo igual ou superior a 12 (doze) meses, o fornecedor deverá comunicar o consumidor, por meio adequado e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do vencimento, informando sobre a renovação contratual e disponibilizando opção de cancelamento simplificado.





“Art.

54.
.....

§6º Em contratos de renovação automática, o fornecedor deve oferecer ao consumidor opção de cancelamento **simplificado** do contrato. ” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor 180 dias após a sua publicação.

Sala da Comissão, 17 de setembro 2025.

Deputado DANIEL ALMEIDA
Presidente

